



Jornalismo Científico: A Representação do Jornalismo Ambiental na Mídia¹

Ellyka Akemy da Silva Gomes²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Meio ambiente é Ciência. Por este motivo, os autores que estudam a temática afirmam que o jornalismo ambiental está inserido como uma espécie de subárea no jornalismo científico. O presente artigo contextualiza essa relação, demonstrando que as mesmas deficiências encontradas nas divulgações sobre Ciência e Tecnologia estão presentes nas reportagens que dizem respeito ao meio ambiente. O estudo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é “O Jornalismo Ambiental Representado na Mídia Impressa Paraibana”.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental, Jornalismo Científico, Meio Ambiente, Ciência.

Introdução

Embora, a expressão “meio ambiente” tenha sido cunhada pelo dinamarquês Jeans Baggesen em 1800 e introduzida no discurso biológico por Jacob Von Uexküll, o meio ambiente não constitui propriamente o objeto de nenhuma ciência, e não é um termo que está restrito à ecologia [...]. [...] o meio ambiente é considerado um conceito-chave para o debate dos problemas socioambientais, pois envolve questões de poder tanto no universo econômico quanto ideológico. (RAMOS, 2006, p. 51).

O jornalismo ambiental não está preocupado apenas com a cobertura isolada do meio ambiente. Ele expõe as problemáticas sociais, culturais, econômicas e políticas que estão entrelaçadas à temática. O consumismo, por exemplo. Poucas pessoas associam esta prática como sendo um problema socioambiental. Mas os autores que estudam o tema apontam que o consumo desenfreado, impulsionado pelo capitalismo, é um dos principais vilões ambientais da atualidade.

¹ Trabalho apresentado no DT 6 - Interfaces Comunicacionais, do XIV Congresso de Ciências e Comunicação na Região Nordeste, realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Jornalista formada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: ellyka.a@hotmail.com



Meio ambiente é Ciência. Por esse motivo, o jornalismo ambiental está inserido no jornalismo científico, como uma espécie de subárea. No entanto, John (2001) aponta que o primeiro tem uma peculiaridade – a sua vertente ativista - que, de certa forma, o mantém a parte do segundo. O pressuposto de John mencionado acima é compartilhado por Frome (2008) que afirma que o jornalismo ambiental deve ser feito com engajamento. O autor pontua que quando a objetividade é utilizada de forma coerente, baseada em fatos precisos e em pesquisas profundas, o jornalista pode expor o sentimento em seu texto, sem comprometer a informação.

Não pretendemos nos aprofundar na questão da objetividade, uma vez que esta discussão abre margem para outras discussões como a “imparcialidade” e, conseqüentemente, a credibilidade jornalística. Porém, concordamos em parte com Frome (2008), quando diz que a objetividade pode ser trabalhada em paralelo com a emoção do jornalista. Entendemos que esta prática humaniza mais o conteúdo jornalístico, despertando a atenção do leitor/ouvinte/telespectador/internauta.

Por ser uma subárea do jornalismo científico, é fundamental entendermos como este último se configurou como um segmento especializado do jornalismo. Esta contextualização nos servirá para explicitarmos que as mesmas deficiências encontradas nas divulgações sobre Ciência e Tecnologia estão presentes nas reportagens que dizem respeito ao meio ambiente.

Oliveira (2002, p. 17) destaca que “[...] há fortes indícios de que a divulgação da ciência teve início com o próprio advento da imprensa de tipos móveis, em meados do século XV.” E é fácil entender porque a autora faz esta afirmação. Com a criação da tipografia, em 1438, por Gutenberg, ficou mais simples a impressão e difusão dos meios impressos e, conseqüentemente, dos livros que continham informações científicas; ainda que o acesso a esses conteúdos fosse restrito a uma pequena camada da sociedade europeia – os que sabiam ler.

Os cientistas foram os principais responsáveis pela difusão do conteúdo científico no século XVII. A prática de traduzir as descobertas para outros idiomas foi fundamental para que as informações da ciência fossem disseminadas na sociedade. Oliveira (2002) aponta que foi o alemão Henry Oldenburg, ainda no século XVII, quem



inventou a profissão de jornalista científico, quando começou a traduzir os termos “cientifiquês” para uma linguagem comum. Na forma mais generalizada, entendemos que esta seria a definição mais apropriada sobre o papel do jornalista científico – tornar público, em uma linguagem acessível a todos, o que se passa no universo científico.

Conforme Oliveira (2002), a Ciência e Tecnologia entraram na pauta da mídia no início do século XX, quando em 1914 estourou a Primeira Guerra Mundial. Isso aconteceu por diversos motivos. A guerra por si só era um fato a ser noticiado. Até então, o mundo nunca havia vivido uma situação semelhante. Durante o conflito, vários aparatos tecnológicos foram desenvolvidos. A humanidade viu o poder de criação da Ciência e Tecnologia, por meio das armas de grande potencial, dos explosivos, dos gases venenosos, dos aeroplanos e dos submarinos, utilizados pelos países das tríplices Aliança e Entente e seus aliados.

O cenário se repetiu na Segunda Guerra Mundial, com um diferencial: os aparatos tecnológicos evoluíram ainda mais, fazendo com que os chefes de governo despertassem para a importância desses segmentos, principalmente, para o desenvolvimento econômico dos países. Foi nesse contexto que a Ciência e Tecnologia entraram para as agendas de discussões do governo brasileiro. E, conseqüentemente, para a implantação do jornalismo científico no Brasil.

A divulgação da ciência no país, segundo Oliveira (2002), teve início em 1948, com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A entidade foi criada para discutir o papel social da ciência no âmbito brasileiro. O primeiro empenho do governo em apoiar os estudos voltados para a Ciência e Tecnologia do país veio três anos depois, com a formação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Melo (2006) afirma que depois da segunda metade do século XX, o jornalismo científico no Brasil foi ganhando espaço na mídia década após década. O autor lembra que em 1967, nos diários de São Paulo, as informações científicas eram noticiadas eventualmente, somente quando algum fato inusitado acontecia. A divulgação só ficou mais evidente no país na década de 1980, anos após da criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), em 1977.



Oliveira (2002) ressalta que a ABJC marcou o início do jornalismo científico no Brasil, pois a entidade foi responsável por incentivar e promover a Ciência e Tecnologia brasileira, além de democratizar o conhecimento dessas temáticas dentro da sociedade. Naquela década, os assuntos ligados à ciência ganharam um espaço mais significativo nos jornais paulistas e cariocas, que, segundo as pesquisas de Melo (2006), chegava, em média, a 5% da superfície impressa.

Em 2001, Melo (2006) realizou outro estudo sobre o espaço reservado às reportagens científicas nos jornais impressos nacionais, mas desta vez incluiu na pesquisa os diários regionais. “Os jornais de prestígio nacional (editados em São Paulo e no Rio de Janeiro) reservaram em média 9% da superfície à rubrica C&T.³ Por sua vez, os jornais de prestígio regional asseguraram a essa temática um espaço ligeiramente inferior, 8% em média” (MELO, 2006, p. 122-123).

Percebemos que o espaço dedicado à Ciência e Tecnologia cresceu consideravelmente nos jornais impressos, levando em consideração que nem todos os brasileiros têm o interesse de ler os assuntos relacionados a essas temáticas. Isso acontece porque em geral o que a mídia noticia está longe da realidade de muitas pessoas, afastando o interesse delas em ler os assuntos que dizem respeito a C&T. Sendo assim, Melo (2006) ressalta que a elite que tem o hábito de ler jornais é a maior beneficiada com o aumento no fluxo das informações científicas.

Entendemos que esta observação de Melo (2006) precisa ser considerada, tendo em vista que boa parte dos brasileiros não tem o hábito de ler jornais para se manterem informados. Segundo uma pesquisa da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), realizada em 2009, os brasileiros dedicam, em média, 35 minutos por dia lendo um exemplar de jornal, enquanto que o tempo gasto conectados na internet por dia é de duas horas e 40 minutos. A pesquisa ouviu 19.456 entrevistados, entre 12 e 64 anos, de 10 áreas metropolitanas (não citadas) e cidades do interior das regiões Sul e Sudeste.

³ Ciência e Tecnologia



Para Bueno (2007a), “O problema maior, porém, não é apenas de ordem quantitativa, ter mais ou menos espaço ou tempo nos meios de comunicação. O equívoco maior está na prática de um jornalismo científico que vive a reboque de fatos sensacionais.” O posicionamento de Bueno citado acima é compartilhado por Melo (2006), no que diz respeito à forma como os fatos sobre C&T são noticiados.

Eventualmente, a grande audiência midiática se beneficia daquelas reportagens pautadas pelas redes de televisão, focalizando inovações científicas que podem solucionar questões pendentes da vida social, tanto em plano coletivo quanto individual. Contudo, tais relatos são distorcidos, com raras exceções, pela incidência de fatores como sensacionalismo, estrelismo e superficialidade, ensejando generalizações indevidas e motivando expectativas que podem se frustrar de forma dramática. (MELO, 2006, p. 123).

Moreira (2004) destaca que é preciso aprofundar mais as discussões em cima dessas temáticas, para que as informações nesse domínio melhorem qualitativamente. O autor aponta que para ampliarmos e melhorarmos a qualidade da divulgação científica no Brasil é preciso um esforço conjunto da comunidade científica, das instituições de pesquisa, das universidades, do governo, dos comunicadores, dos educadores e dos estudantes.

Ciência, Tecnologia e Democratização do Conhecimento

Fazer jornalismo científico tem seus percalços. O jornalista que se propõe a trabalhar na divulgação desse tipo de informação se depara com um obstáculo primário - o difícil acesso às fontes. A comunidade científica é ainda a principal fonte desse segmento especializado do jornalismo.

Por ser uma área consideravelmente nova, tendo em vista que esta prática se popularizou na segunda metade do século XX, existem jargões científicos e tecnológicos que outras fontes, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), não sabem interpretar com as mesmas propriedades que os pesquisadores. Consequentemente, as informações ficam muito restritas a um pequeno grupo de especialistas, e o pluralismo de voz acaba comprometido.



Por se tratar de um campo que dispõe de uma quantidade limitada de fontes, questionamos sobre a necessidade de especialização para desempenhar o jornalismo científico. E no que diz respeito a esta discussão, encontramos divergências de opiniões entre os autores. Melo (2006) afirma que não é necessário que o profissional seja especialista para desempenhar a atividade de jornalista científico.

Segundo o autor (2006, p. 119), “Os que defendem esta concepção engrossam naturalmente a corrente que reproduz a ideologia do jornalismo na sociedade capitalista, no qual a atividade noticiosa é dirigida predominantemente às elites, por sua vez segmentadas em públicos distintos.” Para o autor, o jornalista é um decodificador de informações, independente da sua especialidade.

Vieira (2001) destaca que a especialização do jornalista na área científica é desnecessária, uma vez que não existe uma linguagem particular no jornalismo político ou econômico, áreas que, para o autor, são muito mais nobres do que a ciência na imprensa em geral. “Não há segmentação em jornalismo, profissão na qual a troca de área, bem como a de veículos (jornal, revista, televisão, rádio etc.), é muito comum” (VIEIRA, 2001, p. 64).

No entanto para Oliveira (2002, p. 44),

[...] o jornalismo científico requer, no mínimo, além de bom conhecimento de técnicas de redação, considerável familiaridade com os procedimentos da pesquisa científica, conhecimentos de história da ciência, de política científica e tecnológica, atualização constante sobre os avanços da ciência e contato permanente com as fontes, a chamada comunidade científica.

Não pretendemos entrar no âmbito dessa discussão, uma vez que essa questão está estritamente relacionada à opinião individual de cada jornalista. Porém, a este assunto cabe fazer um breve comentário. Concordamos com Oliveira (2002), quando diz que o jornalismo científico exige um mínimo de familiaridade com os procedimentos da pesquisa científica.

Entendemos que no contexto do realismo profissional, onde existem poucas opções de mercado de trabalho e muita rotatividade nas redações, é difícil pensar em



jornalismo especializado, neste caso, em Ciência e Tecnologia. No entanto, um mínimo de conhecimento prévio sobre os temas que permeiam a C&T pode fazer toda diferença.

Quando um repórter vai cobrir uma pauta em que está familiarizado com o assunto, fica muito mais fácil para ele questionar as fontes, obter o maior número de informações e construir um bom produto final com as informações que ele apurou. Porém, quando é encaminhado para uma pauta em que não domina o tema, o repórter fica “acuado”, confuso, evita fazer perguntas, com receio fazer algum questionamento tolo. E essa apuração limitada tem efeito direto na qualidade da reportagem.

Entendemos que para fazer jornalismo científico, o profissional precisa saber interpretar de forma coerente as informações repassadas pelas fontes. Neste segmento, onde existem muitos jargões, as reportagens precisam ser trabalhadas com cautela para não gerarem produtos confusos ou imprecisos. O desafio do jornalista científico é saber articular bem as informações para que o conteúdo final possa ser atrativo a todos os públicos a fim de atingir maior número de pessoas.

Outro fator que dificulta a divulgação da ciência brasileira é o excesso de publicações sobre C&T vindas do exterior. Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, as pesquisas científicas e tecnológicas são amplamente apoiadas pelos governos. E novas descobertas precisam ser noticiadas, porque elas evidenciam o poder econômico que o país tem em investir em tais pesquisas. E quando isto acontece, as agências de notícias internacionais vendem as informações prontas, rica em detalhes, exigindo pouca (ou nenhuma) adaptação para serem veiculadas.

Então, é muito mais cômodo para um veículo de comunicação brasileiro publicar uma informação de C&T pronta, tendo em vista as complexidades da pauta, do que investigar pesquisas brasileiras que sejam atrativas ao público pouco familiarizado com a temática. Ou seja, vários pontos contribuem para dificultar a publicação da ciência brasileira, mesmo que todas essas questões não justifiquem a falta de interesse da mídia nacional em veicular nossas pesquisas em Ciência e Tecnologia.

Autores como Oliveira (2002), Bueno (2007a) e Mafaldo (2008) defendem que divulgar ciência e tecnologia é fundamental para fazer com que essas temáticas



entrem na agenda da sociedade. Porque, segundo Bueno (2007a), a função pedagógica do jornalismo científico é justamente o processo de democratização do conhecimento científico. Para Oliveira (2002, p. 41) este processo é importante para construirmos “[...] uma sociedade esclarecida e bem informada a respeito das políticas e programas de C&T, para que mais cidadãos possam influir nas decisões de investimentos e políticas públicas nesta área.”

Mafaldo (2008) destaca que é preciso universalizar os conteúdos científicos para que os cidadãos possam opinar com propriedade sobre esses temas, que aparentemente são técnicos, mas que fazem parte do nosso dia a dia. “O jornalismo científico contribui para uma cultura científica e para o exercício da cidadania [...]. Porém, por falta de informação as pessoas não opinam sobre assuntos específicos, só uma pequena parte da sociedade está apta a emitir opinião” (MAFALDO, 2008, p. 2).

No entanto, para Melo (2006, p. 116), a realidade do jornalismo científico está voltada para “[...] reforçar as estruturas de poder na ciência (e na sociedade), e quase nada para democratizar o conhecimento.” Segundo o autor, o jornalismo científico tem contribuído para ascender o status do cientista, ajudando-o na captação de recursos para suas pesquisas individuais, e colaborando pouco para a divulgação de processos de produção do conhecimento, capazes de adquirir relevância social.

Entendemos que muito mais do que escrever sobre C&T, os jornalistas científicos precisam se conscientizar que essas informações têm um peso social muito forte. Poucos cidadãos sabem que a Ciência e a Tecnologia têm implicações diretas nas atividades socioeconômicas e políticas de um país e, conseqüentemente, na vida cotidiana de todos nós. E isso precisa ser difundido.

Informação acessível a todos, independente do conteúdo, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres. O jornalismo científico trabalha com este objetivo, fazendo com que as pessoas percebam que a Ciência e Tecnologia estão presentes na sociedade e que suas aplicabilidades têm feitos diretos em suas vidas.



Concordamos com Oliveira (2002), Bueno (2007a) e Mafaldo (2008), quando defendem que as informações científicas devem ser divulgadas para alcançar o maior número de cidadãos, para que todos, de doutores a analfabetos, possam entender quais as interferências da Ciência e Tecnologia em seus cotidianos. Por quê? Para Oliveira (2002, p. 14), “a divulgação científica aproxima o cidadão comum dos benefícios que ele tem o direito de reivindicar para a melhoria do bem-estar social.” E neste contexto, os meios de comunicação têm suma importância, pois eles são os emissores das mensagens, uma vez que detêm as informações primárias.

Na Mídia e na Sociedade

A cobertura midiática dos problemas ambientais sofre das mesmas deficiências que as divulgações sobre C&T. Assim como o jornalismo científico, o ambiental também é pautado ao sabor do sensacionalismo e carece de espaço nos jornais e de tempo na televisão e rádio. Para Belmonte (2004, p. 22), “O tema ambiental vai e vem ao sabor das tragédias.” Não é difícil entender porque o autor faz essa crítica.

Scharf (2004, p. 51) destaca que “Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social.” Se tomarmos mais uma vez a chuva como exemplo, iremos compreender o posicionamento da autora.

Nas reportagens sobre a chuva, em geral, a mídia contabiliza os mortos e mostra os desabrigados. As questões sociais que envolvem o problema quase nunca são abordadas, como, por exemplo, que os deslizamentos de terra ou os transtornos causados pelo aumento do nível dos rios acontecem devido às ocupações impróprias. E mais do que isso, não mostram quais foram os fatores que levaram essas famílias a morarem junto aos morros ou encostas dos rios.

Outro tipo de reportagem recorrente são os incêndios em locais de vegetação. A manchete quase sempre é o super dimensionamento do fato. No entanto, os fatores que estão associados à causa desses incêndios raramente são abordados.



Concordamos com Scharf (2004), quando diz que a mídia não expõe essas questões porque falta uma visão de conjunto para entender essas problemáticas.

Noticiar o meio ambiente e as problemáticas que o envolve são imprescindíveis pelas mesmas razões que os autores ligados ao jornalismo científico defendem a divulgação de C&T – para fazer com que as pessoas percebam que os problemas ambientais estão inseridos em seus cotidianos e que existem questões mais complexas, como a linha tênue entre a pobreza e os problemas socioambientais. Precisamos difundir que o meio ambiente não é sinônimo de fauna e flora, como pensam muitos brasileiros.

Esta constatação foi feita pela pesquisa nacional de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” realizada, nos anos de 1992, 1997 e 2002⁴, pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). A série contribuiu para avaliar a evolução da consciência ambiental dos brasileiros. Foram entrevistadas duas mil pessoas, nas cinco regiões do Brasil. Embora a pesquisa tenha 11 anos desde a sua terceira edição, até o momento não foi realizada nenhuma outra semelhante no país.

E os resultados preocupam. A população brasileira não reconhece os seres humanos, os índios, as favelas, bem como as cidades, como sendo parte do meio ambiente. Para Belmonte (2004, p. 27), “a pesquisa do Iser é um escândalo nacional. O meio ambiente é sinônimo de [...], bicho e mato. [...]. Por isso queimada na Amazônia ou vazamento da Petrobrás é manchete. Nada mais ‘coerente’.”

Tanto em 1997, quanto em 2002, 56% dos entrevistados não foram capazes de identificar problemas ambientais em seus bairros. O que agrava este percentual é a constatação de que foram os mais instruídos (grau de escolaridade: superior incompleto ou mais) os que menos indicaram existir problemas em seus bairros, ou ainda não souberam opinar sobre o assunto.

⁴ Existe a quarta edição da série. No entanto, ela não foi encontrada no endereço eletrônico do Instituto de Estudos da Religião (Iser).



Porém, a pesquisa apontou que foi a baixa escolaridade da população a principal variável pelo alto índice de “não sabe/não opinou”, principalmente, nas perguntas que exigiam respostas automáticas ou em questões mais complexas, como em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Um dado otimista da pesquisa foi que aumentou de 42% (em 1997) para 46% (em 2002) o número de pessoas que acredita que a preocupação com o meio ambiente não é exagerada. Além disso, nesse período, cresceu de 23% para 31% o segmento da população que concorda que são necessárias grandes mudanças nos nossos hábitos de produção e consumo para conciliar desenvolvimento com a proteção do meio ambiente.

No entanto, a pesquisa de opinião mostrou que o nível de informação sobre os problemas ambientais do Brasil e do mundo pouco evoluiu durante os dez anos da série “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”. E um dos pontos que pode estar associado a esta realidade é o fato dos brasileiros se sentirem pouco informados sobre os assuntos relativos ao meio ambiente. Em 2002, 30% dos entrevistados afirmaram que eram mal ou muito mal informados sobre a temática ambiental. E 52% se sentiam mais ou menos informado.

A pesquisa demonstrou que os brasileiros têm despertado para a importância de saber mais sobre os novos conceitos que permeiam os assuntos relacionados ao meio ambiente, no entanto, falta quem lhes aponte isso. E nesta questão, a mídia tem papel fundamental, pois é ela a detentora das informações primárias.

Outra pesquisa realizada, em 2008, pelo Iser procurou saber “O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil”. O resultado apontou que, em uma escala de um a sete (gradação de mais para menos), os profissionais da comunicação apareceram em penúltimo lugar em termos de uma consciência e engajamentos mais consistentes sobre uma das principais questões atuais relacionadas ao meio ambiente - as mudanças climáticas.

O setor formado pelos cientistas apareceu como o mais consistente e preocupado com as mudanças climáticas, ocupando o primeiro lugar. Foram



entrevistadas 210 pessoas influentes de sete setores: mídia, congresso, sociedade civil, organizações não governamentais, universidades/institutos de pesquisa, empresariado e agências governamentais.

[...] Embora os profissionais de comunicação reconheçam ter o papel de formar a opinião, e também de conscientizar, eles não são produtores de informação, mas comunicadores, caixa de ressonância. Além disso, são reféns da lógica do noticiário, que se alimenta de novidades e de eventos dramáticos. Ainda assim, a maioria dos entrevistados se sente pessoalmente mobilizada e acredita que a problemática vem ganhando cada vez mais espaço no setor, tendência que deverá perdurar. Acreditam ainda que, do mesmo modo com que surgiu um jornalismo especializado em questões ambientais, o mesmo deverá ocorrer com mudanças climáticas. (CRESPO e NOVAIS, 2002).

No que diz respeito ao conteúdo noticiado pela mídia sobre as mudanças climáticas, vale destacar que os próprios profissionais que fazem a mídia reconheceram que os noticiários exploram mais as tragédias e menos as causas e efeitos das alterações do clima do planeta. E isso também se configura nos demais temas relacionados ao meio ambiente.

Scharf (2004) descreve esta cobertura superficial dos fatos relacionados ao meio ambiente como um olhar míope. Para a autora (2004, p. 53), “Não há preocupação com o contexto das ocorrências. O que aconteceu antes da notícia e suas possíveis consequências parecem importar muito pouco.” Belmonte (2004) e Bueno (2007a) apontam que esta cobertura pouco profunda pode estar associada a vários fatores. Primeiro pela falta de interesse da mídia pelas temáticas ambientais.

“O *status* editorial ainda não é o proporcional ao tamanho da crise ecológica planetária” (BELMONTE, 2004, p. 22). Grandes periódicos nacionais, como “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo”, “O Globo” e “Jornal do Brasil”, não se encaixam nesta constatação, uma vez que já dispõem de cadernos específicos que tratam das temáticas voltadas para a ciência e tecnologia – e, neste contexto, das questões relacionadas ao meio ambiente.

Uma pesquisa realizada por Bueno (2007b), no segundo semestre de 2006, verificou que a cobertura ambiental nos quatro jornais citados acima é, quantitativamente,



significativa. O autor utilizou 30 exemplares de cada periódico e registrou que foram publicadas, aproximadamente, 409 notícias/reportagens sobre os assuntos que dizem respeito ao meio ambiente nos quatro jornais. O que representou uma média de 102 notícias/reportagens por veículo no período, ou seja, mais de três por dia.

No entanto, esta realidade não se configura em tantos outros jornais impressos, principalmente, os regionais. As reportagens ambientais nesses periódicos são pautadas pelo factual e não pelos inúmeros assuntos presentes na sociedade que dão margens para boas discussões. Não podemos afirmar que o meio ambiente não tem aparecido nas pautas desses jornais. Porém, em geral, ele ocupa espaços periféricos.

Outro fator que os autores ligados ao jornalismo ambiental destacam como contribuinte desta cobertura superficial dos assuntos relacionados ao meio ambiente é a apuração pouco profunda dos repórteres, que muitas vezes se limitam a ouvir apenas os dois lados envolvidos na discussão. E isto está estritamente associado à sobrecarga que os repórteres são submetidos dentro das redações, onde a falta de tempo para uma boa pesquisa acaba comprometendo a qualidade da informação.

A pressa é a culpada, nas redações, pelo aniquilamento de muitas verdades, pela quantidade vergonhosa de pequenos erros que borram as páginas dos jornais e pela superficialidade de textos que desestimulam a reflexão. Apurar bem exige tempo. Escrever bem exige tempo. E não existe mais razão de jornal ser feito às pressas. (NOBLAT, 2004, p. 38).

Considerações Finais

Reportagens superficiais que mostram apenas a casca do problema e não apontam que aquela questão está associada a outros fatores, perspectivas fragmentadas muitas vezes pautadas pelas tragédias. É esta cobertura ambiental que estamos acostumados a ver nos noticiários nacionais e locais.

Infelizmente, esse contexto em nada contribui para fortalecer o jornalismo ambiental sério - que sugere debates mais amplos sobre temas polêmicos, que está a serviço da sociedade, que faz denúncias e, principalmente, que propõe novas alternativas.



Como receptores, sentimos que os problemas ambientais ainda são pouco noticiados. O que temos observado é que os assuntos mais explorados na televisão, no jornal e no rádio são os desastres ambientais, ou seja, quando o problema se torna factual e, conseqüentemente, pauta para todos os veículos.

Percebemos que falar do meio ambiente e dos problemas socioambientais que estão cada vez mais presentes em nosso dia a dia, exige tempo e espaço, porque não basta apenas informar, é preciso sensibilizar e conscientizar a população.

Entendemos que o jornalismo ambiental está estritamente relacionado ao dia a dia dos cidadãos, afinal os problemas socioambientais estão aí por todos os lados, em nossas cidades e comunidades. E colocar essas questões na pauta da sociedade é fundamental para mobilizar a participação das pessoas no processo de tomada de decisões.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Tempo de leitura. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/tempo-de-leitura>>. Acesso em: 13 out. 2011.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sergio Vilas (org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Sammus, 2004. p. 16-48.

BUENO, Wilson da Costa. O que está faltando ao jornalismo científico brasileiro. **Revista Eletrônica Temática**. João Pessoa: ano 3, v. 3, 2007a. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2007/23.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba. v. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007b. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/search/advancedResults>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CRESPO, Samyra; NOVAIS, Eduardo. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. **Revista Eco 21** (versão online). Rio de Janeiro. n° 63, fev 2002. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=262>>. Acesso em: 25 ago. 2011.



FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao jornalismo ambiental. Curitiba. UFPR. 2008.

JONH, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. In: **Ciência e Ambiente**. Santa Maria: Pallotti, 2001. p. 87-94.

MAFALDO, Norma Maria Meireles Macedo. Jornalista/educador/ecologista. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, set. 2008. Anais: Norma Maria Meireles Macedo Mafaldo (UFPB), 983-1.

MELO, José Marque de. Jornalismo científico: a democratização do conhecimento. In: _____. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006. p. 115-255.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Brasil. **Revista Minas Faz Ciência**. [Minas Gerais], n° 18, mar./mai, 2004. Disponível em <<http://revista.fapemig.br/materia.php?id=30>>. Acesso em: 23 set. 2011.

NOBLAT, Ricardo. Sobre a arte de apura. In: _____. **A arte de fazer um jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 38.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **A abordagem naturalista na educação ambiental**. Uma análise dos projetos ambientais de educação em Curitiba. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina;
SCHARF, Regina. Verde como dinheiro: economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo?. In: BOAS, Sergio Vilas (org.). **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Sammus, 2004. p. 49-77.

VIEIRA, Cássio Leite. Jornalismo sobre ciência: a linguagem, a formação e o erro. In: **Ciência e Ambiente**. Santa Maria: Pallotti, 2001.